

MOGNO

JT
19/6/97 14A
422

Brasil vota contra a proteção de madeira

O mogno continua fora da lista de espécies protegidas e a delegação brasileira causou gargalhadas em plenário, durante a 10ª Conferência da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (Cites), em Harare, Zimbábue, África. Apesar de ter recebido a maioria dos votos — 67 a 45 —, a inclusão do mogno no Apêndice II da lista da Cites foi rejeitada porque necessitava de 2/3 dos 132 votos, ou seja, 72 votos.

A delegação brasileira — que tem entre seus integrantes um diretor da Associação de Exportadores de Madeira da Amazônia (Aimex), entidade interessada em manter o mogno fora da lista de espécies protegidas — contradisse o ministro de Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, que na semana passada garantiu que o Brasil votaria com a maioria. Nos bastidores, o Brasil trabalhou contra a inclusão e pressionou os latino-americanos a formar um bloco; por meio das embaixadas, emitiu comunicados com argumentos pela rejeição.

Ontem à tarde, minutos antes da votação secreta, o Brasil não dispensou a última chance. Pediu a palavra e fez veemente declaração de voto contra. O outro país que declarou-se contra foi a Malásia, maior exportador mundial de madeiras tropicais, cujas principais madeiras já estão instaladas na Amazônia.

Depois da votação, anunciado

o resultado, um delegado brasileiro pediu a palavra e disse que o Brasil se absteve. “Houve uma gargalhada geral. Foi um fato lastimável que causou indignação”, revela o ambientalista Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra, que estava presente.

“O governo brasileiro e os exportadores de madeira poderiam ter saído dessa reunião com uma certificação ambiental, capaz de oferecer ao mogno os melhores preços no mercado internacional, mas preferiram proteger a atividade ilegal”, reclama Smeraldi.



Arquivo/AE

Extração na Amazônia

Na opinião do diretor-executivo do Greenpeace no Brasil, Roberto Kyshinami, o episódio pode desencadear um boicote internacional ao mogno brasileiro. “Posicionar-se contra o monitoramento e a certificação do

mogno, depois de admitir que não consegue controlar a extração ilegal é uma atitude de baixíssima inteligência. O governo cometeu um pecado capital contra a consolidação da atividade florestal como um negócio sério”, dispara Kyshinami.

“A situação cria um novo perigo, as maiores madeiras asiáticas já estão na Amazônia e o governo perdeu uma chance de ter mais controle sobre a madeira que elas irão exportar. E o pior é que o próprio governo admite que não tem controle sobre a atividade ilegal”, reclama Analuce Freitas, do WWF, que está em Harare.

PROTEÇÃO À AMAZÔNIA

Deputado pede mais prazo para comissão

O deputado Gilney Viana (PT-MT) solicitou ontem a prorrogação, por seis meses, dos trabalhos da Comissão Externa da Câmara que investiga a exploração da Amazônia por empresas estrangeiras. A comissão ouve na quarta-feira o embaixador Zainal Abidin Bin Mohamed Zain, da Malásia, país que vem comprando muitas terras na região.

A maior preocupação da comissão tem sido com os dados recolhidos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). De acordo com um relatório concluído em abril, 80% da madeira retirada da Amazônia é resultado de uma atividade ilegal e predatória. Deste volume, estima-se um desperdício de 60% a 70%.

Bartolomeu Rodrigues/AE